



Prefeitura Municipal de Olinda-PE

Professor I (Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais)

LÍNGUA PORTUGUESA

nterpretação de gêneros textuais de circulação no campo da vida cotidiana, estudo e pesquisa, midiático e artístico literário (conteúdo temático, contexto de produção, circulação, finalidades, intencionalidades dos textos, informações implícitas e explícitas, inferências, sentido de palavra	as
e expressões)	
Coesão e coerência textualConcordância nominal e verbal	
Regência verbal e regência nominal (tempo, gênero, número)	
Ortografia	
Acentuação	
Pontuação	
Encontros vocálicos e consonantais, dígrafos	
Emprego das classes de palavras	
Semântica (sentidos conotativo e denotativo, sinônimos e antônimos, significação das	
palavras)	52
Sintaxe (funções sintáticas das palavras nas frases e seus efeitos de sentido, períodos	
xcompostos por coordenação e por subordinação)	53
Exercícios	
Gabarito	68
MATEMÁTICA	
Números e Álgebra: Sistema de numeração decimal, números inteiros e racionais na	
representação fracionária e decimal, operações básicas e estratégias de cálculo mental no	
conjunto dos números inteiros, racionais	
Porcentagem	
Potenciação	
Relações entre frações, números decimais e porcentagem	
Frações equivalentes	
Razões e proporções	
Divisão proporcionalRegras de três simples e compostas	
Noções de lógica	
Linguagem algébrica - variável e incógnita. Equivalência de expressões algébricas - identificaçã	
da regularidade de uma sequência numérica. Equações polinomiais do 1º grau. Associação de	
uma equação linear de 1º grau a uma reta no plano cartesiano. Sistemas de equações	
polinomiais de 1º grau - resolução algébrica e representação no plano cartesiano	69





Geometria: Características, planificação e classificação de figuras geométricas espaciais. Características e classificação de figuras geométricas planas, de acordo com o número de lados. Ampliação e redução de figuras geométricas planas. Simetria. Localização espacial,	
deslocamento de objetos e pessoas no espaço. Ângulos. Retas paralelas, perpendiculares e transversais	76
Grandezas e Medidas: tempo, comprimento (incluindo perímetro), massa, capacidade, volume, área, valor e temperatura	,
Probabilidade e estatística: Pesquisa e organização de dados em tabelas simples e de dupla entrada. Compreensão e interpretação de informações organizadas em tabelas e gráficos de	
barras, colunas, setor e linha	93
Princípios de contagem e probabilidade. Análise combinatória1	103
·	107
	115

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

Fundamentos teoricos e metodologicos de ensino da Lingua Portuguesa	1
Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica - Matrizes	
de referência SAEB Prova Brasil (5º ano) e SAEB - 2º ano, em Língua Portuguesa	2
Política Nacional de Alfabetização – MEC	
Psicogênese da linguagem escrita no processo de Alfabetização	3
Práticas de ensino de leitura do 1º ao 5º ano, níveis de fluência leitora	7
O ensino da Língua Portuguesa na abordagem discursiva, por meio de gêneros textuais	8
Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino da Matemática	9
Avaliações do ensino em larga escala (Sistema de Avaliação da Educação Básica -	
Matrizes de referência SAEB Prova Brasil (5º ano) e SAEB (2º ano), em Matemática	12
Tendências em Educação Matemática: Resolução de problemas, Modelagem Matemática,	
Investigação Matemática, Etnomatemática e Matemática Crítica	18
Recursos didáticos para o ensino de Matemática - manipuláveis e digitais	27
Interdisciplinaridade e aprendizagem da Matemática	34
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as especificações no currículo de Matemática	38
A Teoria histórico - cultural e suas implicações na Educação Matemática	66
Concepção de criança	70
Concepção de Currículo	
Proposta Pedagógica	
Princípios da Educação infantil	.135
Organização de tempos, espaços e materiais na Educação Infantil	.141
Direitos de aprendizagem	.142
Inclusão	.147
Avaliação	
Articulação com o Ensino Fundamental	
Sequências Didáticas	
Planejamento	.204
Práticas Pedagógicas	.210
Avaliação do processo de ensino e aprendizagem, conforme normativas e diretrizes	
locais	
Elementos do planejamento docente	.229





Lei Federal nº 9394/1996 e suas alterações Noções de organização da educação básica e princípios e fins da educação naciona l Organização da Educação Infantil: oferta, matrícula, jornada, avaliação e frequência	255 262
Educação Especial Proposta Pedagógica	267 267
Base Nacional Comum Curricular; Objetivos de aprendizagem; Saberes e Conhecimentos; Campos de Experiência; Expectativas de Aprendizagem dos Campos de Experiências:	
Escuta, fala, pensamento e imaginação e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	267
Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil	
Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei Federal nº 11.645/2008)	
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069/1990)	
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	
Avaliação na educação infantil e processos de aprendizagem	
Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil Exercícios	
Gabarito	
LEGISLAÇÃO Constituição Federal de 1988 (Artigos n° 205 a n° 214) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Federal 9.394/1996 e suas alteraçõe	1
atentando para os artigos 2º, 3º, 4º, 11º, 12º , 13º, 14º, 18º, 21º, 22º, 58º, 59º e 61º Lei Brasileira de Inclusão- Lei Federal nº 13.146/2015 e suas alterações	6
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos- Resolução	
CNE-CEB nº 07/2010	63
Diretrizes Curriculares Nacionais para educação Infantil; Resolução CNE/CEB nº 5 de 17 de dezembro de 2009- fixa as diretrizes Curriculares nacionais para Educação Infantil Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do	75
Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998 Indicadores da Qualidade na Educação Infantil / Ministério da Educação/Secretaria da	75
Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009 Avaliação Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos	
relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Currricular (BNCC) a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e	
respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	224
para Educação Básica	
Estatuto do Magistério da Rede Pública do Município de Olinda Lei Orgânica do Município de Olinda	
Exercícios	
Gaharito	280







Língua Portuguesa

Compreensão e interpretação de textos

Chegamos, agora, em um ponto muito importante para todo o seu estudo: a interpretação de textos. Desenvolver essa habilidade é essencial e pode ser um diferencial para a realização de uma boa prova de qualquer área do conhecimento.

Mas você sabe a diferença entre compreensão e interpretação?

A compreensão é quando você entende o que o texto diz de forma explícita, aquilo que está na superfície do texto.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Por meio dessa frase, podemos entender que houve um tempo que Jorge era infeliz, devido ao cigarro.

A interpretação é quando você entende o que está implícito, nas entrelinhas, aquilo que está de modo mais profundo no texto ou que faça com que você realize inferências.

Quando Jorge fumava, ele era infeliz.

Já compreendemos que Jorge era infeliz quando fumava, mas podemos interpretar que Jorge parou de fumar e que agora é feliz.

Percebeu a diferença?

Tipos de Linguagem

Existem três tipos de linguagem que precisamos saber para que facilite a interpretação de textos.

• Linguagem Verbal é aquela que utiliza somente palavras. Ela pode ser escrita ou oral.



• Linguagem não-verbal é aquela que utiliza somente imagens, fotos, gestos... não há presença de nenhuma palavra.





Matemática

— Conjuntos Numéricos

O grupo de termos ou elementos que possuem características parecidas, que são similares em sua natureza, são chamados de conjuntos. Quando estudamos matemática, se os elementos parecidos ou com as mesmas características são números, então dizemos que esses grupos são conjuntos numéricos1.

Em geral, os conjuntos numéricos são representados graficamente ou por extenso – forma mais comum em se tratando de operações matemáticas. Quando os representamos por extenso, escrevemos os números entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, tenha incontáveis números, os representamos com reticências depois de colocar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois eles são os mais usados em problemas e questões no estudo da Matemática. São eles: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

Conjunto dos Números Naturais (N)

O conjunto dos números naturais é representado pela letra N. Ele reúne os números que usamos para contar (incluindo o zero) e é infinito. Exemplo:

$$N = \{0, 1, 2, 3, 4...\}$$

Além disso, o conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

 $N^* = \{1, 2, 3, 4...\}$ ou $N^* = N - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

 $Np = \{0, 2, 4, 6...\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais pares.

 $Ni = \{1, 3, 5, 7..\}$, em que $n \in N$: conjunto dos números naturais ímpares.

 $P = \{2, 3, 5, 7..\}$: conjunto dos números naturais primos.

Conjunto dos Números Inteiros (Z)

O conjunto dos números inteiros é representado pela maiúscula Z, e é formado pelos números inteiros negativos, positivos e o zero. Exemplo: $Z = \{-4, -3, -2, -1, 0, 1, 2, 3, 4...\}$

O conjunto dos números inteiros também possui alguns subconjuntos:

 $Z+ = \{0, 1, 2, 3, 4...\}$: conjunto dos números inteiros não negativos.

Z- = {...-4, -3, -2, -1, 0}: conjunto dos números inteiros não positivos.

 $Z^*+=\{1, 2, 3, 4...\}$: conjunto dos números inteiros não negativos e não nulos, ou seja, sem o zero.

 Z^* - = {... -4, -3, -2, -1}: conjunto dos números inteiros não positivos e não nulos.

Conjunto dos Números Racionais (Q)

Números racionais são aqueles que podem ser representados em forma de fração. O numerador e o denominador da fração precisam pertencer ao conjunto dos números inteiros e, é claro, o denominador não pode ser zero, pois não existe divisão por zero.

¹ https://matematicario.com.br/





Temas Educacionais e Pedagógicos

O ensino da língua portuguesa se estrutura com base na oralidade (fala), na leitura e na escrita, e esses três eixos confluem para uma perspectiva de análise lingüística. Essa abordagem articula o ensino de língua portuguesa enquanto exercício de linguagem e, nessa perspectiva, o ensino-aprendizagem deve abranger os âmbitos lingüístico, pedagógico e político (políticas de trabalho). Os conteúdos não devem ser abordados de modo pontual e singular, mas de forma global.

BASE NACIONAL CURRICULAR COMUM

De acordo com a BNCC, o ensino de Língua Portuguesa deve se pautar no desenvolvimento das competências vinculadas às ações de produção, recepção, tratamento e análise linguística que auxiliam na atuação crítica e expressiva do aluno nos diversificados exercícios sociais de linguagem. Como resultado dessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa na BNCC visa à promover a relação dos textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao emprego eloquente de linguagens distintas, em mídias e contextos comunicativos diversos. Como pressuposto, considera a diversidade cultural, de forma a garantir ao aluno uma ampliação de repertório e um convívio respeitoso com aquilo que é diferente.

- Português brasileiro: o constituinte Língua Portuguesa refere-se ao português brasileiro, o que concilia professores e alunos à sua realidade linguística, promovendo o ensino da norma-padrão da língua de forma contextualizada e atualizada.
- Período de alfabetização: a alfabetização é trabalhada como um processo contínuo, que vai desde as primeiras séries até o quinto ano, porém, é nos dois primeiros anos no Ensino Fundamental que a abordagem deve focar na aquisição e adequação (apropriação) do sistema alfabético da escrita prática de linguagem estabelecida em contexto social.
- Ênfase na leitura e na escrita: o ensino de Língua Portuguesa deve focar na interpretação de textos, no discernimento entre o que é opinião e o que é fato, na consciência crítica e na produção de textos.
- As novas práticas de linguagem: o ensino de Língua Portuguesa deve considerar os textos e os gêneros textuais de ordens multissemióticas e multimidiáticas, assim como os novos modos de produção, de configuração, de disponibilização, de replicação e de interação.
- As estratégias e os objetivos do ensino de Língua Portuguesa: quanto aos diversos textos, práticas e gêneros, estes constituem, ao mesmo tempo, estratégia e objetivo para aprendizagem, e, por isso, requerem ênfase em relação às formas de ensinar.

Estrutura: BNCC introduz o componente Língua Portuguesa com base nos seguintes elementos:

- os pressupostos pedagógicos do componente
- as competências específicas do componente
- as práticas, os eixos e os campos de atuação que organizam os objetos de conhecimento e as habilidades do componente

As habilidades do componente Língua Portuguesa: esses elementos estão estruturados em eixos, que correspondem a quatro tipos de práticas específicas dos diversos empregos da linguagem, sendo que cada dessa práticas demanda foco diferente, em conformidade com o ano de escolarização. Os eixos são:

- 1. Leitura → proporcionar o desenvolvimento da interação ativa do aluno como leitor, ouvinte e espectador, objetivando o seu entendimento e sua interpretação. Essa habilidade é fundamental, por exemplo, para que se possa apreciar textos literários ou mesmo para manter-se informado acerca de assuntos temas sociais relevantes e desenvolver argumentação a seu respeito.
- 2. Produção de textos → proporcionar o desenvolvimento de habilidades de autoria (seja de forma individual ou coletiva) de textos orais, escritos e multissemióticos, com a finalidade de que o aluno se torne capaz de desenvolver uma narrativa acerca de fatos ordinários com base na lírica, na crítica, na comicidade ou como crônica, além de fazer a divulgação de saberes específicos por meio de uma reportagem etc.





Legislação

Educação, Cultura e Desporto

Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
<u>União</u>	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=p-t-BR&ct=clnk&gl=br

CAPÍTULO III

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

- Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
 - Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 - I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
 - VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
 - VII garantia de padrão de qualidade.
- VIII piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
- IX garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.